

PROGRAMA DO CONCURSO

PRC/2023/085/DAR/CP

Concurso público com publicidade internacional para a celebração de contrato de Operação do Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O concurso tem por objeto a Prestação de serviços de operação dos subsistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, da Águas do Centro Litoral, S.A., (abreviadamente designada por AdCL), devidamente discriminados nos Anexo I, II, III do Caderno de Encargos.

2. Os locais da prestação de serviços são:

- ETAR de São Martinho da Cortiça, EEAR de Secarias, ETAR de Alagoa, EEAR de Côja, Caixa de Gradagem de Côja, ETP de Côja, ETAR de Barril do Alva, ETAR de Vila Cova do Alva e ETAR de Pomares.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a AdCL – Águas do Centro Litoral, SA, NIPC 513 606 181, com sede na ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 COIMBRA e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento.

Telef.: +351 239 980 900 | Fax: +351 239 980 949

Website oficial para todas as comunicações: <http://www.acingov.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 06.II.2023 por despacho do Vogal Executivo do Conselho de Administração da AdCL, Eng.º Paulo Leitão, de acordo com a delegação de competência.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Visita às instalações

1. Durante o prazo para apresentação das propostas, a Entidade Adjudicante facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente concurso e nela realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

2. Com os reconhecimentos efetuados, os interessados deverão inteirar-se das condições que regulem a elaboração das respetivas propostas, não podendo, em caso algum, invocar a condição dos locais de execução onde se desenvolverá a aquisição de serviços à data da inspeção e a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar ou alterar as condições constantes na sua proposta.

3. Atendendo à complexidade do procedimento e da realização das visitas às instalações abrangidas no presente procedimento, os concorrentes deverão dirigir os respetivos pedidos nos primeiros 10 dias a constar da data da publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- b) Declaração de proposta de preços unitários em conformidade com o modelo no **ANEXO II** ao presente Programa;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções **ou** que seja facultado o código de acesso para consulta online;

2. Caso a concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, elaborando para tal declaração conforme modelo apresentado no **Anexo III** do Programa do Concurso.

3. Os documentos da proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

Prazo para apresentação das propostas

O prazo de entrega das propostas é de 30 dias pelo que as propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00 do dia 14.12.2023.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser individualmente assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não sendo bastante para o efeito a mera assinatura de ficheiro ou pasta em que os documentos estejam contidos, agrupados ou compactados
3. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
4. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
5. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo.

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 12.º

Fase de negociação

- I. As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 13.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator “mais baixo preço”, nos termos da alínea b) do n.º I do artigo 74.º do CCP submetendo-se apenas à concorrência os preços base unitários do procedimento.
2. Para aferição da proposta economicamente mais vantajosa e atendendo ao ponto anterior a análise da mesma será feita pelo preço a pagar pela entidade adjudicante pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, o qual é aferido em função da seguinte fórmula:

$$V_L = \sum_{i=1}^{i=n} (Pr. u_i \times Q_i)$$

Em que:

V_L – Valor Total para efeitos de ordenação, em euros;

i – Número do artigo, que vai variar de 1, para o primeiro artigo, até n, o último artigo em avaliação, com o número mais elevado, constante na tabela do **ANEXO II** do presente Programa do Concurso;

$pr.u_i$ – Preço unitário proposto, para o artigo i, em euros;

Q_i – Quantidade estimada para o artigo i, para o prazo de 3 anos

3. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - 1º: Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o Mais baixo preço unitário para o item 1.3 - Operadores destinados aos serviços identificados em Caderno de Encargos (Anexo I) – 100% afetação, conforme modelo do Anexo II do Programa do Concurso).

2º: Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o Mais baixo preço unitário para o item I.I referente aos Meios Humanos – Responsável da Gestão da Prestação de Serviços – 20% afetação, conforme modelo do Anexo II do Programa do Concurso).

3º: Caso, na sequência da aplicação dos critérios definidos na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4, os documentos de habilitação referidos no n.º I do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Declaração em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, em conformidade com o modelo do **ANEXO IV** ao presente Programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e), h) do n.º do artigo 55º do CCP.

E ainda, no mesmo prazo, os seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, de acordo com a minuta disponível no link <https://www.aguasdacentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores/>. O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link.
- b) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link <https://www.aguasdacentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores/>. O Regulamento para Fornecedores está disponível no mesmo link.
- c) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para outorga do contrato, acompanhada de título legitimador, caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea seguinte.
- d) Identificação da pessoa, morada, número de fax e email para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos no n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
3. Os documentos referidos nos n.ºs I e 2 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare a respetiva prevalência sobre os originais.
4. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
5. No entanto, nos termos e para os devidos efeitos do n.º 2 do artigo 85º do CCP, dentro do prazo de entrega dos documentos de habilitação, o adjudicatário pode requerer, por uma única vez, a prorrogação do prazo de entrega dos mesmos, podendo o órgão competente concedê-lo num prazo máximo de 5 dias.

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 16.º

Despesas com a celebração do contrato

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 17.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(cfr. Alínea a) do ponto I do artigo 7º do Programa de Concurso)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdCL, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA**

(cfr. Alínea b) do ponto I do artigo 7º do Programa de Concurso)

_____ (denominação social e sede da empresa concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviços de **Operação do Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20____, obriga-se a prestar os serviços a concurso, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelos seguintes preços unitários, que não incluem IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 3 (três) anos, ou quando os pagamentos ao Adjudicatário atinjam o preço contratual máximo de 391.228,00€ (trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito euros):

I. Preços Unitários de Meios Humanos a afetar à Prestação de Serviço de Operação do Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil.

item	Meios Humanos	Preço Unitário	
		€	Unidades
I.1	Responsável pela Gestão da Prestação de Serviços – 20% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nºI alínea a).		€/mês
I.2	Técnico de Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança – 20% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nºI alínea b).		€/mês
I.3	Operadores destinados aos serviços identificados em Caderno de Encargos; Anexo II. 100% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nºI alínea c) e d)		€/mês

2. Preços Unitários de Meios Materiais e Administrativos a afetar à Prestação de Serviço de Operação do Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil

item	Meios Materiais e Administrativos	Preço Unitário	
		€	Unidades
2.1	Prevenção efetiva para os serviços identificados em Caderno de Encargos.		€/mês
2.2	Trabalho em hora suplementar para os serviços identificados em Caderno de Encargos.		€/mês
2.3	Viatura Operacional (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea e).		€/mês
2.4	Smartphone (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea f)		€/mês
2.5	Elaboração das avaliações de risco, fichas de procedimento de segurança e emergência das atividades desenvolvidas em todas as instalações âmbito da prestação de serviços e avaliação do ruído laboral.		VG
2.6	Equipamentos de proteção individual e coletiva de acordo com o caderno de encargos.		€/mês
2.7	Equipamentos portáteis para medição de concentrações de gases: Oxigénio, Metano, Dióxido de carbono e Gás Sulfídrico.		€/mês
2.8	Equipamento para trabalhos em altura e resgate tripé, guincho, roldana, retrátil e respetivos acessórios necessários ao equipamento) para pessoas.		€/mês
2.9	Ferramentas necessárias ao exercício de funções, de operador conforme descrito em Caderno de Encargos – Anexo IV		€/mês
2.10	Deslocação com recurso a viatura do Prestador de Serviço ao Laboratório AdCL para entrega de amostras		€/mês

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

ANEXO III

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(cfr. ponto 2 do artigo 7º do Programa de Concurso)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para o concurso de “**Prestação de Serviços de Operação dos Subistemas de Saneamento do Concelho de Arganil**”, e nos termos da do artigo 7º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adoptada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

- _____
- _____

Para efeitos meramente de comunicação no âmbito do presente procedimento, as empresas associadas declaram que a empresa _____ representará a associação perante a Águas do Centro Litoral, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário) ^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela _____ Águas do Centro Litoral, S.A. a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Programa do Procedimento.

Data _____

Assinatura (c) _____

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

(c) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(cfr. Alínea a) do ponto 1 do artigo 14º do Programa de Concurso)

1 - ... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de (1)... (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), adjudicatário(a) no procedimento de... (*designação ou referência ao procedimento em causa*), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [*ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)*] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.